

Sandro Lúcio Dezan

UMA TEORIA DO
DIREITO PÚBLICO
SANCIONADOR

Fundamentos da Unidade
do Sistema Punitivo

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2021

Copyright © 2021 by Sandro Lúcio Dezan

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

D532t

Dezan, Sandro Lúcio

Uma teoria do direito público sancionador : fundamentos da unidade do sistema punitivo / Sandro Lúcio Dezan. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.

200 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 173-183.

ISBN 978-65-5510-591-9

1. Direito administrativo. 2. Ilícito administrativo. 3. Sanção. 4. Direito público. 5. Sistema jurídico. 6. Justiça administrativa. I. Título.

CDD 342

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – Ilícito e Sanção	11
1.1 O Conceito de Ilícito	12
1.2 A Importância de um Conceito de Ilícito	15
Capítulo 2 – A Estrutura do Ilícito	21
2.1 A Função do Conceito Formal de Ilícito	22
2.2 A Função do Conceito Analítico Estratificado de Ilícito	24
Capítulo 3 – Sistema Sancionador, Princípios e Unidade	37
3.1 Um Sistema de Direito Sancionador Pré-Epistêmico.....	38
3.1.1 O fundamento unitário da imputação no direito público sancionador	39
3.1.2 A função de proteção de bens jurídicos para uma legitimidade punitiva e a relação com o “ <i>ne bis in idem</i> ”	50
3.1.2.1 Há exceção ao “ <i>ne bis in idem</i> ”?.....	75
3.1.2.2 Para uma concepção absoluta de “ <i>ne bis in idem</i> ”	80
3.1.2.3 “ <i>Ne bis in idem</i> ” e Estado Constitucional de Direito.....	90
3.2 Os Fundamentos do Sistema de Direito Público Sancionador.....	92
3.2.1 A coerção como elemento primário do sistema de direito público sancionador	93
3.2.2 O conceito de sistema de direito os fundamentos de uma identidade unitária de direito público sancionador.....	102
3.2.3 O direito como sistema jurídico	103

Capítulo 4 – Subsistemas de Direito Público Sancionador	107
4.1 Ordenamento Jurídico e Direito Público Sancionador	108
4.2 Sistemas Jurídicos de Direito Público Sancionador.....	114
4.3 Regimes Jurídicos de Direito Público Sancionador.....	117
Capítulo 5 – Responsabilização e Estado Constitucional de Direito	125
5.1 Direito Público Sancionador e Epistemologia do Ilícito: Estudo a Partir das Especificidades do Direito Administrativo Disciplinar	127
5.1.1 As concepções epistemológicas do ilícito em Portugal ...	131
5.1.2 Os ilícitos e as suas distinções epistemológicas concretas entre Brasil e Portugal	139
5.2 A Relação Entre a Proteção de Bens Jurídicos e <i>ne bis in idem</i>	148
5.3 O Fundamento Unitário da Imputação no Direito Sancio- nador Estatal	158
Considerações Finais.....	169
Referências	173